

PIB do RS tem queda de 3,8% no primeiro trimestre de 2022

Estiagem puxou a redução na produção agropecuária e a indústria também apresentou queda.

RRF do RS aprovado, o foco agora é o crescimento

Com a aprovação do RRF, os compromissos com a Dívida crescerão ao longo dos anos, atingindo máximo de 14% da RCL em 2031. A aceleração do crescimento econômico deixará esse ajuste mais confortável.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/indicadores-e-estudos-economicos

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

PIB do RS tem queda de 3,8% no primeiro trimestre de 2022

Estiagem puxou a redução na produção agropecuária e a indústria também apresentou queda.

A economia do Rio Grande do Sul registrou queda de 3,8% no primeiro trimestre de 2022 na comparação com os últimos três meses de 2021, na série com ajuste sazonal, conforme dados divulgados na última terça-feira (21/06) pelo Departamento de Economia e Estatística do Estado (DEE/SPGG). A retração do PIB gaúcho no período foi puxada pelas baixas observadas na Agropecuária (-28,1%) e na Indústria (-1,4%), enquanto os Serviços tiveram variação positiva de 0,3%. No Brasil, o PIB apresentou alta de 1,0% no primeiro trimestre na mesma base de comparação.

Em relação ao mesmo trimestre do ano passado, o PIB do RS também registrou queda, de 4,7%, enquanto no país a alta no período foi de 1,7%. Seguem os destaques entre os grandes setores nessa base de comparação:

- A **Agropecuária (-41,1%)** já registra os primeiros impactos da estiagem que atingiu o Estado. Todas as principais culturas agrícolas sofreram com a falta de chuvas: soja (-53,5%), milho (-31,1%), uva (-23,4%), fumo (-15,0%) e arroz (-10,6%).
- Na **Indústria (-1,9%)**, a Transformação (-3,7%) e a de Energia e saneamento (-7,6%), as mais representativas do setor, tiveram fortes perdas, enquanto a Construção (+8,4%) e a Extrativa mineral (+5,5%) registraram crescimento. Especificamente na Indústria de Transformação, nove das 14 atividades apresentaram resultado negativo, entre elas as de Couros e calçados (-15,7%), Móveis (-14,6%) e Borracha e plástico (-10,8%). Já entre as altas, destacaram-se Tabaco (+16,2%), Bebidas (+11,5%) e Químicos (+7,8%).
- Nos **Serviços (+3,7%)**, os destaques positivos vieram de Outros serviços (+9,5%), Transportes, armazenagem e correio (+9,3%) e Serviços de informação (+7,0%). Por outro lado, Intermediação financeira e seguros (-1,3%) e o Comércio (-0,4%) puxaram as baixas.

Por fim, no acumulado em 4 trimestres, o PIB gaúcho ainda apresenta forte crescimento de 7,6%, acima da taxa nacional (+4,7%), com alta em todos os grandes setores: Agropecuária (+33,4%), Indústria (+6,3%) e Serviços (+5,6%).

Portanto, os resultados mostram que os primeiros impactos da estiagem começaram a aparecer no PIB. O ano de 2022 iniciou com uma severa seca no Estado, que já se reflete nos dados do primeiro trimestre e se estenderá para o segundo trimestre desse ano.

Além dos impactos do clima, as bases de comparação mais altas, tanto do quarto trimestre do ano passado como do primeiro ajudam a explicar as variações negativas na margem e na comparação trimestral, sobretudo no caso da agropecuária e da indústria. Por outro lado, o setor de serviços tem se

mantido em crescimento, mesmo em meio ao cenário de inflação alta e juros em elevação, com manutenção da recuperação do segmento de Outros serviços, duramente afetado pela pandemia, e de Transporte, armazenagem e correio.

O segundo trimestre também deve ser bastante negativo para o PIB gaúcho por conta das quebras na produção agrícola, dado que a maior parte da contabilização das safras de verão ocorre nesse período, bem como pela elevada base de comparação no mesmo intervalo do ano passado. No segundo semestre, o cenário também se mostra desafiador, com os efeitos da elevação dos juros se manifestando com mais força na atividade, a inflação ainda elevada, a economia mundial em desaceleração e as incertezas inerentes ao processo eleitoral. Mesmo com todas essas dificuldades, cabe mencionar que os empresários industriais gaúchos seguem confiantes em uma melhora nos próximos meses.

Com os resultados do primeiro trimestre e os dados já observados do segundo trimestre, nas próximas semanas vamos atualizar as projeções para o PIB gaúcho no fechamento de 2022. Ao que tudo indica, a queda será expressiva.

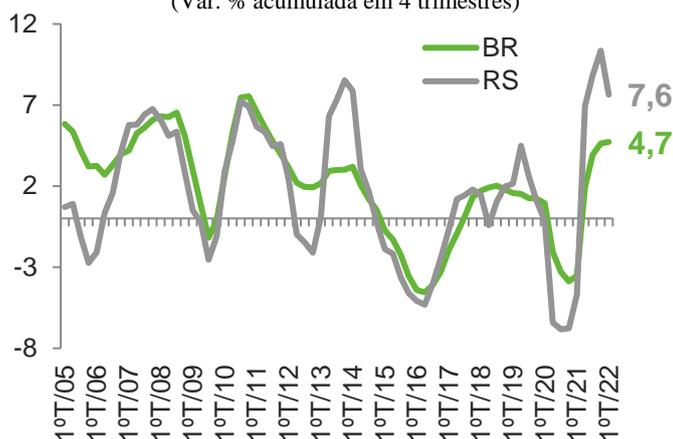
PIB – Rio Grande do Sul

(Var. % real)

	1ºT22/ 4ºT21*	1ºT22/ 1ºT21	Acum. 4 trim
PIB	-3,8	-4,7	7,6
Agropecuária	-28,1	-41,1	33,4
Indústria	-1,4	-1,9	6,3
Extrativa mineral	0,7	5,5	5,7
Transformação	-1,8	-3,7	6,8
SIUP**	-1,6	-7,6	-0,4
Construção	0,6	8,4	9,3
Serviços	0,3	3,7	5,6

PIB – Brasil e Rio Grande do Sul

(Var. % acumulada em 4 trimestres)



Fonte: DEE/Seplag-RS. *Com ajuste sazonal. **Serviços Industriais de Utilidade Pública (eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana).

RRF do RS aprovado, o foco agora é o crescimento

Com a aprovação do RRF, os compromissos com a Dívida crescerão ao longo dos anos, atingindo máximo de 14% da RCL em 2031. A aceleração do crescimento econômico deixará esse ajuste mais confortável.

Na última segunda-feira (20/06) o Governo Federal homologou o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) do Rio Grande do Sul. O ato deu permissão ao Estado para retomar o pagamento dos R\$ 58,2 bilhões (preços de fev/2022) referentes ao saldo da Dívida fundada com a União (Lei 9.496/1997), bem como os R\$ 16,4 bilhões (valores de fev/2022) dos valores suspensos em razão da liminar do Supremo Tribunal Federal de 2017.

Segundo a tratativa, o desembolso com as parcelas da Dívida ocorrerá de maneira gradual: serão zeradas no primeiro ano de adesão (2022), pagamentos de 11,1 p.p. das prestações mensais em 2023, 22,22 p.p. em 2024 e assim, consecutivamente, até alcançar a totalidade (100%) em 2031 (fechando os 9 anos de exercício financeiro). Em números, somente as parcelas da Lei 9.496/97 estão estimadas em R\$ 36,6 milhões mensais em 2023, enquanto em 2031 o RS já estará arcando com R\$ 413,6 milhões ao mês. Com relação aos vencimentos, os débitos com a União serão totalizados em 2048 e o montante da liminar será quitada 4 anos depois (2052).

Em um cenário em que a inflação esteja dentro da meta em todo o período de vigência da RRF, a começar pelo próximo ano, é de se esperar que o RS desembolse, em torno de, R\$ 1,8 bilhões em 2023 só para o pagamento do serviço da Dívida (juros mais amortizações). Para os 7 anos seguintes, o fluxo de pagamento será menor do que em um cenário sem a RRF, tempo hábil para o fiscal sentir os efeitos das medidas de privatizações, bem como os das Reformas Administrativa e Previdenciária, o qual ajudarão reduzir o crescimento vegetativo da folha de pagamento, que por muito tempo anulou o crescimento da receita. Portanto, o período de 2023 a 2030, deverá ser utilizado pelo RS para a reestruturação do fiscal do RS, tendo foco no crescimento econômico do Estado.

O desafio se desenha a partir de 2031, quando os serviços da Dívida irão alcançar patamar de 14% da Receita Corrente Líquida (RCL) estimada, ou seja, o RS desembolsará pouco mais de R\$ 10 bilhões anuais somente para fazer frente aos compromissos com a Dívida. Em princípio, esses valores deverão ter um leve declínio anual, até o limite de 2048 quando o Estado deverá quitar o débito com a União, havendo ainda parcelas a pagar referente ao montante não pago pela liminar do STF até 2052 (vide gráfico ao lado). Vale ressaltar que estamos considerando que o RS obtenha superávit primário ao longo de sucessivos anos.

Aqui chamamos a atenção do leitor: todo o cenário foi estimado esperando que, entre 2024 e 2048, o Estado atinja uma taxa de crescimento do PIB em valor equivalente a 2,0% a.a.. Tendo em vista que o

crescimento real da receita acompanha o crescimento do PIB, quanto maior for o crescimento, tanto maior será a Receita Corrente Líquida. Dessa forma, se a receita crescer acima do estimado inicialmente, as prestações da Dívida, principalmente a partir de 2030, representarão menos do gasto total.

Em geral, o RRF gera condições para o Estado reestabelecer o pagamento da Dívida mas, em contrapartida, espera um Estado comprometido com a austeridade fiscal e o equilíbrio orçamentário. No entanto, se o cenário de queda da inflação se materializar, os níveis históricos de arrecadação, tal como temos experimentado nos últimos meses, não serão mais vivenciados, o que pode trazer um aperto arriscado para as finanças públicas.

Portanto, além de manter a responsabilidade fiscal, entendemos que o foco do RS nos próximos anos esteja centrado na expansão da sua capacidade produtiva. Nesse sentido, o papel da indústria é central, uma vez que esse setor possui elevado efeito multiplicador da renda e da base tributária. Aprovado o RRF, o foco dessa década deve ser a expansão da economia e crescimento da Indústria para que o peso do serviço da Dívida, quando voltar, cause um impacto diminuto nas finanças públicas.

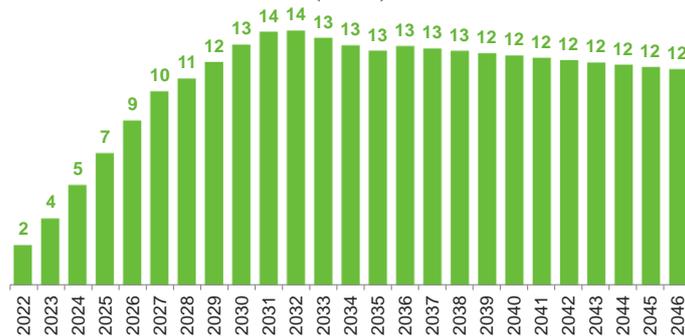
Serviço anual da Dívida do RS

(Em milhões de R\$)

Serviço da Dívida	
2022	1.030
2023	1.791
2024	2.734
2025	3.767
2026	4.886
2027	6.012
2028	6.703
2029	7.574
2030	8.539
2031	9.405
2032	9.924
2033	10.128
2034	10.317
2035	10.600

Relação servido da dívida e RCL

(Em %)



Fonte: Relatório Anual da Dívida Pública Estadual, 2021. Plano RRF/RS.

DADOS E PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

Últimas previsões atualizadas.

	2018	2019	2020	2021	2022*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)¹					
Agropecuária	1,3	0,4	3,8	-0,2	2,2
Indústria	0,7	-0,7	-3,4	4,5	0,4
Serviços	2,1	1,5	-4,3	4,7	1,9
Total	1,8	1,2	-3,9	4,6	1,3
Produto Interno Bruto Real (Em trilhões correntes)					
Em R\$	7,004	7,389	7,468	8,679	9,347
Em US\$ ²	1,916	1,873	1,448	1,609	1,782
Inflação (% a.a.)					
IGP-M	7,6	7,3	23,1	17,8	12,3
INPC	3,4	4,5	5,4	10,2	7,4
IPCA	3,7	4,3	4,5	10,1	7,1
Produção Física Industrial (% a.a.)					
Extrativa Mineral	0,0	-9,7	-3,4	1,1	1,2
Transformação	1,1	0,2	-4,6	4,3	1,9
Indústria Total³	1,0	-1,1	-4,5	3,9	1,5
Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)					
Agropecuária	2,2	13,0	36,6	140,9	25,6
Indústria	23,9	97,2	148,9	719,9	157,8
Indústria de Transformação	1,2	13,2	47,8	439,0	109,7
Construção	11,4	70,7	97,7	244,8	37,3
Extrativa e SIUP ⁴	11,2	13,3	3,5	36,2	10,8
Serviços	520,2	533,8	-377,0	1.869,8	430,4
Total	546,4	644,1	-191,5	2.730,6	613,8
Taxa de desemprego (%)					
Fim do ano	11,7	11,1	14,2	11,1	10,5
Média do ano	12,4	12,0	13,8	13,2	11,4
Setor Externo (US\$ bilhões)					
Exportações	231,9	221,1	209,2	280,4	295,9
Importações	185,3	185,9	158,8	219,4	226,4
Balança Comercial	46,6	35,2	50,4	61,0	69,5
Moeda e Juros					
Meta da taxa Selic – Fim do ano (% a.a.)	6,50	4,50	2,00	9,25	13,50
Taxa de Câmbio – Desvalorização (%) ⁵	17,1	4,0	28,9	7,4	-3,2
Taxa de Câmbio – Final do período (R\$/US\$)	3,87	4,03	5,20	5,58	5,40
Setor Público (% do PIB)					
Resultado Primário	-1,6	-0,8	-9,4	0,8	-1,0
Juros Nominais	-5,4	-5,0	-4,2	-5,2	-6,5
Resultado Nominal	-7,0	-5,8	-13,6	-4,4	-7,5
Dívida Líquida do Setor Público	52,8	54,7	62,5	57,3	62,3
Dívida Bruta do Governo Geral	75,3	74,4	88,6	80,3	83,1

Fontes: IBGE, BCB, FGV, ME, MTP, STN. * Projeções da Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS. ¹ O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado. ² Taxa de câmbio média anual utilizada para o cálculo e IPCA utilizado como inflação. ³ Não considera a Construção Civil e o SIUP. ⁴ SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública. ⁵ Variação em relação ao final do período anterior.

Informações sobre as atualizações das projeções:

- Não houve alterações.

DADOS E PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL

Últimas previsões atualizadas.

	2018	2019	2020	2021	2022*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)¹					
Agropecuária	-7,1	3,0	-29,5	67,5	-40,0
Indústria	2,8	0,2	-5,6	9,7	-1,4
Serviços	2,6	0,8	-4,6	4,1	0,5
Total	2,0	1,1	-6,8	10,4	-4,0
Produto Interno Bruto Real (Em bilhões correntes)					
Em R\$	457,294	482,464	480,173	582,968	599,384
Em US\$ ²	125,108	122,282	93,107	108,059	114,249
Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)					
Agropecuária	-1,4	-0,1	0,5	3,4	0,9
Indústria	1,5	-5,5	-0,2	47,5	9,2
Indústria de Transformação	0,9	-1,5	0,1	42,9	7,4
Construção	0,9	-4,0	-0,2	5,2	1,4
Extrativa e SIUP ³	-0,2	0,0	0,0	-0,7	0,4
Serviços	20,4	26,0	-42,9	89,4	19,0
Total	20,5	20,4	-42,5	140,3	29,2
Taxa de desemprego (%)					
Fim do ano	7,5	7,3	8,6	8,1	7,6
Média do ano	8,2	8,1	9,3	8,7	8,1
Setor Externo (US\$ bilhões)					
Exportações	21,0	17,3	14,1	21,1	22,4
Industriais	15,1	12,5	10,5	14,1	15,1
Importações	11,3	10,3	7,6	11,7	12,8
Balança Comercial	9,8	6,9	6,5	9,4	9,6
Arrecadação de ICMS (R\$ bilhões)					
	34,8	35,7	36,2	45,7	49,5
Indicadores Industriais (% a.a.)					
Faturamento real	2,7	3,0	-3,1	8,7	1,6
Compras industriais	10,0	-2,7	-5,5	31,0	4,2
Utilização da capacidade instalada (em p.p.)	1,6	0,7	-4,6	5,7	0,3
Massa salarial real	-1,3	-0,8	-9,3	4,6	0,4
Emprego	0,9	0,0	-1,9	6,7	1,4
Horas trabalhadas na produção	0,0	-1,0	-5,7	15,1	3,3
Índice de Desempenho Industrial – IDI/RS	2,6	0,1	-4,8	12,8	1,7
Produção Física Industrial⁴ (% a.a.)					
	5,9	2,5	-5,5	8,8	1,0

Fontes: DEE/Seplag-RS, IBGE, BCB, ME, MTP, SEFAZ-RS, UEE/FIERGS. * Projeções da Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS. ¹ O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado. ² Taxa de câmbio média anual utilizada para o cálculo e IPCA utilizado como inflação. ³ SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública. ⁴ Não considera a Construção Civil e o SIUP.

Informações sobre as atualizações das projeções:

Não houve alterações.